



REFLEXÕES DA VIVÊNCIA - ESPORTE ADAPTADO NA PERSPECTIVA DA FUNCIONALIDADE DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

REFLECTIONS ON EXPERIENCE - ADAPTED SPORT FROM THE PERSPECTIVE OF THE FUNCTIONALITY OF STUDENTS WITH DISABILITIES WITH SPECIAL EDUCATION PROFESSIONALS IN ELEMENTARY EDUCATION

DOI: 10.5281/zenodo.18689348



Ana Paula de Araújo Alves¹
Viviane de Oliveira Freitas Lione²
Rayane Gomes da Silva Palmeira³
Matheus Diniz Lemos⁴
Jayane Monteiro Souza⁵

RESUMO

O desenvolvimento de experiências com esporte adaptado, no contexto educacional, é relativamente recente, mas apresenta grande potencial de expansão, sobretudo, diante dos efeitos positivos já observados na inclusão. Este estudo tem como objetivo analisar as percepções de profissionais da educação especial a partir da experimentação de modalidades de esporte adaptado, configurando essa prática como um elemento social e cultural capaz de ampliar o diálogo sobre as adaptações necessárias para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas. Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório, desenvolvido no âmbito de uma pesquisa de doutorado. Realizou-se um grupo focal com 22 profissionais (apoio escolar, professores regentes e do Atendimento Educacional Especializado) do

1Doutoranda do Programa em Ciências, Tecnologia e Inclusão – PGCTin-UFF. E-mail: anapaulalaves@id.uff.br.

2 Doutora em Biociências Nucleares - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: vlione@id.uff.br.

3 Acadêmica da Universidade Salgado de Oliveira Rio de Janeiro. E-mail: rayanee.fisio@gmail.com.

4 Acadêmico da Universidade Salgado de Oliveira Rio de Janeiro. E-mail: matehusdlemos40@gmail.com.

5 Acadêmica da Universidade Salgado de Oliveira Rio de Janeiro. E-mail: jayane.m.souza@gmail.com.





Ensino Fundamental do Coluni-UFF, após a vivência prática em duas modalidades de esporte adaptado, com debate estruturado nos 30 minutos finais. A análise revelou que a experiência foi percebida pelos participantes como: (1) uma simulação temporária de impedimento; (2) uma tomada de consciência sobre os desafios enfrentados pela pessoa com deficiência; (3) a importância da confiança e da acessibilidade como meios; (4) um momento de apreensão inicial, seguido de (5) uma sensibilização profunda quanto à diversidade de possibilidades proporcionada pelas modalidades adaptadas. O estudo evidencia para a relevância da experimentação de atividades corporais direta para a formação e sensibilização de professores da Educação Especial, argumentando que vivências pedagógicas com esporte adaptado podem se integrar ao cotidiano educacional, ampliando o repertório e o olhar para a diversidade funcional. Tendo em vista que essas experiências contribuem para ampliar o repertório e o olhar desses profissionais sobre as múltiplas dimensões da diversidade, atuando como potentes ferramentas de apoio à inclusão escolar.

Palavras-chave: Esporte Adaptado; Educação Especial; Inclusão Escolar; Formação de Professores; Funcionalidade.

ABSTRACT

The development of experiences with adapted sports in an educational context is relatively recent, but it presents great potential for expansion, especially given the positive effects already observed in inclusion. In this scenario, the objective of this study is to offer experimentation to special education professionals, configuring this practice as a social and cultural element that broadens the dialogue about adaptations necessary for the implementation of inclusive practices—among them, activities such as adapted sports. The study is documentary, of an exploratory nature, in the field of doctoral research with special education professionals, including mediators and teachers of specialized educational services in Elementary Education at the Geraldo Reis University College of the Federal Fluminense University (Coluni-UFF). Based on a focus group with 22 participants who experienced activities involving two modalities of adapted sports, followed by discussions in the final 30 minutes of the experience, it was found that the subjects perceived the experience as: temporarily experiencing an impairment; the challenge faced by individuals with disabilities; the importance of confidence; and a means of accessibility. The study examines perceptions of apprehension when experiencing adapted sports and, finally, the increased awareness among professionals regarding the diversity offered by these sports. It highlights the importance of experimenting with activities to promote pedagogical experiences that integrate adapted sports into daily educational life. Given that these experiences contribute to broadening the perspective of special education professionals on the multiple dimensions of diversity, they can act as tools to promote the school inclusion of students with disabilities.

Keywords: Adapted Sport; Special Education; School Inclusion; Teacher Training; Functioning.





INTRODUÇÃO

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015) tem como propósito assegurar e promover, em condições de igualdade, a inclusão social, a cidadania e o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência (Brasil, 2015). A garantia do direito à educação e à participação social plena de estudantes com deficiência é amparada por um sólido marco legal brasileiro, destacando-se a Lei Brasileira de Inclusão.

Ainda de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, art. 2º).

Esta lei, ao definir a pessoa com deficiência como aquela que tem um impedimento de longo prazo que, em interação com barreiras, pode obstruir sua participação em igualdade de condições (Brasil, 2015), reforça a responsabilidade do ambiente escolar em se constituir como um espaço diversificado e acessível. Para tanto, é fundamental um conjunto articulado de recursos, adaptações curriculares, tecnologia assistiva e experiências pedagógicas significativas que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento desses estudantes (De Souza et al., 2021).

Os movimentos sociais, os avanços educacionais e os debates contemporâneos sobre a relação do sujeito consigo mesmo, com o outro e com o meio em que vive têm impulsionado novas formas de compreender e analisar a participação humana na sociedade (Solera, 2021).

Nessa perspectiva, para o desenvolvimento de relações sociais, vínculo, relacionamento, habilidades sociais e de práticas inclusivas, a escola configura-se como um ambiente peculiar, por agrupar, desde cedo, sujeitos com diversidades e necessidades variadas. Os pesquisadores Pereira e Bezerra (2024) refletindo sobre a relação entre a escola e





o ambiente, afirmam que: “Já que se apresenta como uma das primeiras instituições a reunir diferentes indivíduos com suas particularidades e peculiaridades, e que estes têm contato com as práticas esportivas” (Pereira; Bezerra, 2024, p. 3).

No dia 2 de outubro de 2009, implementou-se a Resolução nº 4, sobre o Atendimento Educacional Especializado, aproveitando o contexto da discussão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI. Segundo os autores De Alacoque Pereira e colaboradores (2008), é instituído:

[... as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE – na Educação Básica, como modalidade da Educação Especial, que constitui-se como uma rede de serviços destinados ao público da educação especial, isto é, aos alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação]” (De Alacoque Pereira et al., 2008, p. 2).

Resolução nº4 (Brasil, 2009) caracteriza o público-alvo para o AEE (Quadro 1) que foi organizado da seguinte maneira:

Quadro 1. Público Alvo da Educação Especial

Alunos com deficiência	Apresentam impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;
Alunos com transtorno global de desenvolvimento	Apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
Alunos com altas habilidades/superdotação	Apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Fonte: Adaptado pelo autor, Brasil (2009).





É interessante considerar que o termo impedimento não tem relação com estado de doença, portanto, com experiências que um indivíduo pode vivenciar, gerando incapacidades temporárias ou definitivas. A CIF na discussão sobre “funcionalidade” desvia o foco da causa para o impacto, ela coloca todas as condições de saúde em pé de igualdade, permitindo que sejam comparadas, usando uma medida comum a partir de uma escala de saúde e incapacidade (OMS, 2002). Portanto, não se trata de curar a doença, mas ressignificar o estado de impedimento.

Aos alunos com deficiência, o ambiente escolar deve ser o mais diversificado possível, refletindo um conjunto de recursos, adaptações curriculares, o uso de tecnologias assistivas (TAs) e experiências lúdicas que favoreçam sua participação e aprendizagem (De Souza, et al., 2021).

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) apresenta a visão de funcionalidade humana compreendida a partir da abordagem biopsicossocial da saúde das pessoas com deficiência. Ela foi potencializada pela ação em atividades e participação social, levando em conta os fatores ambientais e pessoais (Tavares Netto, 2020).

De acordo com a CIF, a funcionalidade resulta da interação das condições de saúde do indivíduo, suas estruturas e funções fisiológicas, seu desempenho nas atividades e sua participação social (Da conceição, 2020).

Segundo Pereira e colaboradores (2024, p. 5):

A funcionalidade sofre influências de fatores pessoais e ambientais, os quais atuam como barreiras ou facilitadores na participação social. Portanto, as limitações impostas pela PC podem levar a maior incapacidade e limitação na participação social desde a infância. Nesse sentido, os impactos na interação em atividades como recreação, esportes e comunidade da criança e da família podem variar.

Esse diálogo promove reflexões como: “Essas ações favorecem a aprendizagem, o desenvolvimento das potencialidades e o exercício da cidadania” (De Souza, et al., 2021, p.





3). De acordo com estudos e considerações sobre o tema, De Araújo e colaboradores ressaltam que:

Estudos recentes sobre crianças e jovens com deficiência têm demonstrado uma crescente preocupação com a participação social e as habilidades funcionais, reforçando a importância de abordagens que priorizem objetivos funcionais tanto na saúde quanto em contextos sociais (De Araújo, et al., 2025, p.3).

O desenvolvimento dos esportes adaptados, sua ascensão enquanto atividade e o reconhecimento de sua relevância pedagógica a serem desenvolvidos na escola, constituem-se como elementos essenciais da cultura da diversidade corporal. Os pesquisadores Galindo e colaboradores (2025), apontam:

que o esporte para a pessoa com deficiência, seja ele adaptado por meio de uma modalidade já existente ou criado para a prática de um determinado grupo, é considerado esporte, o qual é compreendido como um fenômeno que exerce influência sobre a sociedade e por ela é influenciado” (Galindo, et al., 2025, p. 3).

Possibilitar atividades proveniente do esporte adaptado na escola é sugestivo de ações inclusivas interessante para profissionais da educação, oferecendo um cenário de perceber e promover a adaptação e o acesso, além de proporcionar que a vivência seja promovida a todos. As várias modalidades adaptadas podem ser experimentadas em sala de aula opções como: “[...] bocha, futebol de cegos, vôlei sentado, atletismo, goalball, entre outros, observando-se faixa etária dos participantes” (Galindo et al., 2025, p. 4).

Assim, este estudo tem como objetivo analisar reflexões a partir de vivências práticas do Esporte Adaptado na perspectiva da Funcionalidade aos Profissionais da Educação especial no Ensino Fundamental. Por intermédio dessa experiência, identificar como esses sujeitos percebem, interpretam e reconhecem aspectos relacionados às vivências adaptadas no contexto da deficiência sobre a ótica da funcionalidade.





METODOLOGIA

Desenho e abordagem

Este estudo é uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, vinculada a um projeto de doutorado sobre a formação de profissionais da educação para atuar com pessoas com deficiência a partir da perspectiva da Funcionalidade.

Seu objetivo foi, em uma primeira etapa, analisar a experiência de professores do Ensino Fundamental que vivenciaram atividades com esporte adaptado. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão aprofundada das percepções e dos significados que os participantes atribuíram à vivência.

Todos os procedimentos éticos foram observados. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ, registrado sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 74609323.5.0000.8160.

A coleta de dados foi realizada após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes. Os resultados foram, então, transcritos e analisados com base nos documentos gerados.

Participantes e critérios de seleção

Participaram do estudo 22 profissionais da educação do Ensino Fundamental do Colégio Universitário Geraldo Reis (Coluni/UFF), sendo 21 mulheres e 1 homem. A amostra incluiu professores regentes, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissionais de apoio escolar (PAE) e estagiários de pedagogia. Todos os participantes foram convidados por meio da coordenação pedagógica e aceitaram participar voluntariamente, com a garantia de anonimato.





Procedimentos de coleta de dados: grupo focal

A coleta de dados primários utilizou a técnica de grupo focal. Esta técnica, conforme Bugs e colaboradores (2025, p. 4), “permite ao pesquisador reunir, em um mesmo local e durante certo período, uma determinada quantidade de pessoas que constituem a população pesquisada com a finalidade de obter informações consideradas fundamentais para a compreensão do fenômeno da investigação”.

A sessão foi realizada em fevereiro de 2025, no auditório do Coluni/UFF, um ambiente silencioso e com cadeiras dispostas em círculo para facilitar a interação. A equipe de pesquisa foi composta por:

- Uma moderadora: a pesquisadora doutoranda, mulher com deficiência física, responsável pela facilitação do debate, explanações e condução dialógica do encontro.
- Três observadores: membros do grupo de pesquisa (graduandos em Fisioterapia), encarregados do suporte logístico das atividades práticas, registros escritos (diário de campo), cronometragem e registro fotográfico.

O encontro, com duração total de 2 horas, seguiu a seguinte estrutura:

1. Explanação Teórica (30 min): Abertura, apresentações e explanação oral com apoio de *slides* (PowerPoint) sobre os objetivos da pesquisa, os conceitos de pessoa com deficiência (fundamentados no art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão – LBI nº 13.146/2015) e o modelo de funcionalidade conforme a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).
2. Vivência Prática (60 min): Experimentação dirigida de duas modalidades de esporte adaptado, com o propósito de gerar *insights* sobre funcionalidade e acessibilidade:
 - . Vôlei Sentado: Para vivência simulada de deficiência física. A atividade foi adaptada a um espaço reduzido (6m x 3m) em sala de aula, com rede simulada. Os participantes, divididos em times, jogaram sentados, utilizando apenas o fundamento do toque.





. Futebol com Bola de Guizo: Para vivência simulada de deficiência visual. Participantes vendados, auxiliados por colegas sem vendas, formaram uma roda para localizar e controlar uma bola com guizo mediante pistas auditivas, em um ambiente de silêncio absoluto.

3. Debate Final e Síntese (30 min): Discussão guiada focada nas percepções de funcionalidade e acessibilidade emergidas da vivência prática.

Os dados foram capturados em multimídia: gravações de áudio e vídeo (com iPhone 16 Pro Max e Tablet Samsung S9 Lite), fotografias e anotações em diário de campo.

Análise dos dados

O material empírico (transcrições na íntegra, fotografias e diário) foi submetido à Análise de Conteúdo de Bardin, um método que, conforme Valle e Ferreira (2025, p. 3), “almeja captar percepções e significados de forma detalhada e estruturada”. O processo seguiu as três fases operacionais definidas pela autora (Bardin, 2011) e descritas por De Sousa e Dos Santos (2020, p. 2):

1. Pré-análise: Organização do *corpus* e leitura para imersão no material.

2. Exploração do material: Codificação sistemática e identificação de **categorias emergentes**, tais como “Percepção de Impedimento”, “Confiança e Interdependência” e “Acessibilidade Lúdica”.

3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: Processo analítico que, conforme os autores, “avançam a se tornar significativos e válidos” (de Sousa; dos Santos, 2020, p. 2), envolvendo a articulação das categorias com o referencial teórico da **CIF e da inclusão escolar**.

Resultados e discussão





Destaca-se que a investigação relacionada a esse artigo teve como objetivo compreender o olhar dos professores a partir da vivência e significar suas experiências no contexto das práticas do esporte adaptado relacionadas a perspectiva da funcionalidade em alunos deficiência.

Obtemos um total de 22 participantes distribuídos entre: Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE): 01 participante; Profissionais de apoio escolar (PAE): 18 participantes; Estagiários de pedagogia da Universidade Federal Fluminense UFF: 03 participantes. O Gênero distribuído 20 femininos e 02 masculinos.

Quanto ao item referente ao perfil profissional observamos maior quantidade de participantes relacionados ao PAE, totalizando 18. Essa maior demanda sugeri o incentivo pela gestão Coluni -UFF que realiza uma seleção de bolsistas de apoio acadêmico do Atendimento Educacional Especializado. A chamada é realizada pelos meios de comunicação digital do colégio e o edital compartilhado publicamente a respeito da descrição do processo seletivo quanto aos requisitos específicos para participação.

As inscrições têm requisitos básicos de acordo com a Instrução Normativa 51/2024⁶ com documentos exigidos do (a) estudante para a efetivação da inscrição. Quantos aos requisitos específicos para participar do processo seletivo é solicitado o curso de origem do (a) bolsista ser de Licenciaturas, período mínimo da graduação o 3º Período ou superior e o estudante deve estar matriculado regularmente em cursos de graduação da UFF e inscrito (a) em disciplinas, sendo ofertado bolsa remunerada e carga horária de 20 horas semanais. Assim como, as bolsas ou contratos são especificamente para contratação via PAE, não sendo relacionado a cargos efetivos ou substitutos regulares.

O Coluni -UFF seleciona esses estudantes fundamentado na Lei Brasileira de Inclusão que:

previu a disposição obrigatória de “profissionais de apoio escolar”, mantendo sua função de suporte em atividades de cuidados básicos, ressaltando que esses profissionais deveriam atuar em todas as atividades escolares que

6 A Instrução Normativa 51/2024 da UFF (Universidade Federal Fluminense) está relacionada aos **programas de apoio acadêmico e bolsas para estudantes de graduação e requisitos obrigatórios**. Disponível em: <https://www.edita.uff.br/editais>





fossem necessárias, sem exercer atividades de profissionais legalmente estabelecidos (Brasil, 2015).

Tal experiência oferecida aos discentes traz uma oportunidade de vivenciar a atuação em sala de aula como PAE, segundo os pesquisadores Lopes e Mendes 2023: “[...] que trata-se dos profissionais que, não sendo professores, vêm sendo contratados para fornecer suporte aos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) nas escolas comuns” (Lopes e Mendes 2023, p. 3).

Segundo os autores HAAS e colaboradores (2024), a atuação dos profissionais de apoio deve ser articulada aos profissionais da educação, sendo atuantes em demandas como cuidados pessoais de higiene, quando necessários à promoção da acessibilidade e às comunicações e ainda no auxílio na alimentação e locomoção. Ainda justificando sua atuação partir de:

A demanda de um profissional de apoio se justifica quando a necessidade específica do estudante público alvo da educação especial não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes. O profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores do aluno público alvo da educação especial, da sala de aula comum, da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola. (Nota Técnica SEESP/GAB n. 19, 2010, p. 2).

Atualmente os recursos humanos do AEE apresentam a seguinte composição: 01 Professor de Educação Especial - Responsável pela implementação do AEE; Estudantes graduandos da Universidade (contratos terceirizados para estágio supervisionado) justificando a participação de 1 professor do AEE e 3 estagiários de pedagogia vinculados ao AEE.

Seguindo as etapas da organização os 30 minutos iniciais foram destinados a abertura da sessão e apresentação dos participantes desenvolvidos com reflexões sobre a definição de deficiência a partir do artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão, enfatizando que ela deve ser compreendida como o resultado da interação entre o impedimento e as barreiras presentes no meio, e não apenas como uma condição isolada.

Foi ressaltado que a deficiência é compreendida como um impedimento a longo prazo, que não define totalmente o sujeito, mas compõe parte dele — assim como suas





características físicas e identitárias. Dessa forma, possibilitou-se um momento de aquecimento grupal, considerado essencial para conexão com a vivência da atividade, a sensibilização pela experiência prática, bem como o momento reservado à síntese e ao encerramento.

Figura 1 – Explicação pelo Pesquisador



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Finalizando a explicação foi proposto uma dinâmica sobre o esporte adaptado e sua experimentação na perspectiva da funcionalidade, a partir das regras adaptados.

A prática esportiva adaptada pode sensibilizar os estudantes para o respeito com as pessoas com deficiência e, por meio da compreensão das adaptações necessárias, sair de uma visão reducionista para uma visão mais ampla da realidade, sem preconceito ou discriminação e valorizando a diversidade (Galindo et al., 2025, p.3).

Sendo assim, oportuniza-se reflexões a partir do tema que aborda o aluno com deficiência, importante no grupo focal, para favorecer a mobilização e a articulação das ideias que sustentarão o debate, bem como para a realização da dinâmica e do fechamento da atividade.

O estabelecimento da dinâmica participativa teve 1 hora de duração, com condução da atividade, na qual se utilizou um guia para desenvolvimento da experimentação do esporte adaptado, previamente delineado (Quadro 2), para corroborar a discussão participativa, após vivência.



Quadro 2 – Momentos do Grupo Focal da pesquisa em fevereiro de 2025

Abertura da sessão	Recepção, agradecimento pela participação, apresentação dos pesquisadores e objetivo da pesquisa.
Apresentação dos participantes	Foi utilizada a dinâmica de cada participantes se apresentar com nome e sua área.
Esclarecimento sobre a explanação	Informações acerca do desenvolvimento da sessão e guia de temas foram acordados aspectos: relacionados à logística e dinâmica das sessões, horário de término.
Estabelecimento da dinâmica participativa	Ações sobre o vôlei sentado e o futebol com bola com guizo e uso de vendas
Debate	Descreva sua vivência na paramodalidade a partir da perspectiva da experimentação
Encerramento da sessão	Agradecimento pela participação

Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

O incremento para aplicação dessa prática foi despertado a partir do Festival Paralímpico⁷ uma ação desenvolvida pelo Comitê Paralímpico Brasileiro que proporciona: “[...a crianças com e sem deficiência a vivência em modalidades paralímpicas, de maneira recreativa e lúdica]” (CPB, 2009). A proposta do Festival Paralímpico vai além da divulgação das modalidades paralímpicas, mas considera que a interação entre pessoas com e sem deficiência possibilita reflexões e resultados positivos. Sendo uma delas, promover desde então, que a experimentação de atividades adaptadas possibilite uma melhor compreensão da diversidade.

A vivência prática através de uma modalidade paradesportiva adaptada foi elaborada como estratégia de sensibilização e pertencimento a uma experiência voltada ao público PCD. Segundo Galindo, 2025 o esporte adaptado e sua experimentação oportuna sensações e reflexões. Sendo que:

A prática esportiva adaptada pode sensibilizar os estudantes para o respeito com as pessoas com deficiência e, por meio da compreensão das adaptações necessárias, sair de uma visão reducionista para uma visão mais ampla da realidade, sem preconceito ou discriminação e valorizando a diversidade (Galindo et al., 2025, p.3).

⁷ Disponível em: <https://cpb.org.br/programas/festival-paralimpico>. Acesso em: 20 de nov de 2025.





Foi oferecido livre escolha para as modalidades ofertadas, o vôlei sentado (Figura 2) e o futebol com bola com guizo e uso de vendas (Figura 3). A turma com 22 alunos foi dividida em 2 grupos e os participantes foram conduzidos a cada oficina montada na área própria do encontro do grupo focal. Os observadores conduziram a prática com as normativas pré estabelecidas das modalidades. Pelo tempo previsto de 1h para a prática paradesportiva os alunos passariam por uma única experiência.

Figura 2 – Imagem representativa da atividade prática de esporte adaptado



Legenda: Prática do vôlei sentado.
Fonte: Dados da pesquisa Grupo Focal (2025)

Figura 3 – Imagem representativa da atividade prática de esporte adaptado



Legenda: Prática do futebol com bola com guizo e uso de vendas
Fonte: Dados da pesquisa Grupo Focal (2025)



A fase do debate e encerramento foi realizado nos 30 minutos finais com a proposta de relato pelas equipes da experiência na paramodalidade (Quadro 3 e 4), vôlei sentado e futebol com bola de guizo e uso de vendas a partir, da perspectiva) da funcionalidade.

Quadro 3 – Relato do Grupo Vôlei Sentado

“Experiência desafiadora”
“Marcadas pela perda de equilíbrio”
“Necessidade de confiança”
“Descoberta de uma possibilidade lúdica”
“Prazer em brincar diferente”
“Acessibilidade lúdica”

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Quadro 4 – Relato do Grupo do Futebol bola de guizo e uso de vendas

“Desafiadoras”
“Marcadas pela perda de equilíbrio”
“Necessidade de confiança no outro”
“Dificuldade de localização sonora”
“Dificuldade de se locomover sem enxergar”
“Impacto emocional de vivenciar temporariamente um impedimento”

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Apesar das modalidades serem diferentes, Vôlei Sentado para deficiências físicas e Futebol bola de guizo e uso de vendas para deficientes visuais, a experiência desafiava os participantes a se colocarem no local do sujeito com deficiência e a percepção da funcionalidade. Despertando a potência que a vivência provoca para sensibilizar as profissionais sobre o cotidiano dos alunos com deficiência física.

A prática oferecida através do esporte adaptado nessa oficina oportunizou a abertura para uma atividade inclusiva e o disparo para os diálogos sobre funcionalidade a serem estabelecidos nos encontros futuros desse Grupo focal.

Este panorama de aplicar atividades com modalidades paralímpicas foi adotado num cenário propício a ser motivador e desafiante, visando promover o envolvimento ativo da equipe de participantes, segundo as reflexões dos autores Galindo et al., 2025:





[...é ir além de oportunizar a adaptação e o acesso para viabilizar a participação de todos os estudantes ao incluir sujeitos com diferentes habilidades nas atividades, ou seja, destacar a diversidade e a igualdade, em que o equilíbrio de oportunidades seja promovido a todos (GALINDO et al., 2025, p. 265).

Nas respostas dos participantes evidencia-se termos relacionados a desafio, acessibilidade, confiança, mudança no corpo, revelando como as experiências práticas favoreceram uma compreensão mais concreta das barreiras e de seus facilitadores enfrentadas por pessoas com deficiência.

A experimentação dessa prática foi uma ferramenta para os participantes vivenciassem limitações motoras e sensoriais e refletissem sobre a importância da adaptação, do apoio do outro e da organização do ambiente, e assim, refletindo no estudante com deficiência e seu cotidiano escolar.

Tardif (2012. p.11) “(...) o saber do professor é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com sua experiência de vida e com sua história profissional, com suas relações com os alunos (...)”. Sendo assim, a escola como um meio comunitário de desenvolvimento se torna um meio de oferecer ao professor as realidades desses alunos oportunizando percepções diversificadas (Andrade, 2018).

A promoção das vivências de esportes adaptados aos profissionais da educação desafiava o reconhecer e valorizar as diferentes expressões do corpo, contribuindo para a reflexão sobre positividade ou incapacidades diante das diferenças corporais.

Segundo os pesquisadores Galindo e colaboradores, afirma que:

a escola se torna inclusiva quando reconhece e respeita as diferenças dos sujeitos por meio do processo educativo no qual potencializa o progresso e a participação de todos, adotando novos arranjos pedagógicos e valorizando a diversidade (Galindo, et al., 2025, p.9).

Nos discursos apresentados, temos as sensações dos participantes com a experimentação das modalidades adaptadas e um desencadeamento de percepções e





sentimentos. Isso, possibilita aos profissionais refletirem sobre as diferentes concepções do grupo. Ora com palavras e frases positivas e ora com palavras e frases sugestivas a incapacidades e temores. Sobre isso temos:

Sentimentos como medo, insegurança e pena, entre outros, são manifestados de modo recorrente, pelos membros da escola regular diante da inclusão do aluno com deficiência, uma vez que, de modo geral, existe desconhecimento e também ideias preconcebidas em relação à deficiência e às pessoas que a apresentam (De Queiroz, et al., 2021, p.12).

Na síntese final, os participantes afirmaram que a prática foi altamente interessante e desafiadora, destacando sua relevância ao sensibilizar os profissionais da educação acerca da diversidade e da funcionalidade no atendimento aos estudantes com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar, junto aos profissionais da educação especial do Ensino Fundamental, os impactos decorrentes da vivência com esportes adaptados, com foco na dimensão da funcionalidade

A realização do grupo focal visou promover uma imersão nas concepções relacionadas ao tema, estimulando reflexões críticas. Por meio de uma prática adaptada, foi possível sensibilizar os participantes, que relataram interesse no tema e sentiram-se desafiados durante a sessão.

Os participantes descreveram a vivência como enriquecedora e complexa, utilizando termos como *desafio*, *confiança*, *acessibilidade* e *nervosismo* para resumir suas percepções. A atividade evidenciou o potencial transformador da experimentação prática ao permitir que os educadores vivenciassem, ainda que de forma simulada, aspectos do cotidiano de estudantes com deficiência.

Destacamos tais ações como contribuições relevantes para a redução de desigualdades e a ampliação da participação discente no ambiente escolar. Além disso, reforçam o papel da





escola como espaço de transformação social, capaz de acolher a diversidade humana e responder às singularidades de cada sujeito, favorecendo a construção de uma **identidade funcional**

Considera-se que a realização de vivências práticas com educadores, a partir de modalidades adaptadas, pode otimizar a percepção e o diálogo em torno da funcionalidade de alunos com deficiência

Conclui-se ser necessário superar os argumentos rotuladores e experimentar novas concepções sobre a pessoa com deficiência, colocando a **funcionalidade** e a **acessibilidade** no centro do discurso e da prática social. As adaptações pedagógicas, nesse sentido, configuram-se como vias potentes para uma educação inovadora e verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 1999. Disponível em: Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015

BRASIL. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York**, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília:

MEC/SEESP, 2008. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>> Acesso em 10 nov. 2024.

DA CONCEIÇÃO, David Victor et al. Avaliação da atividade e participação de crianças com paralisia cerebral das escolas municipais do recife: relato de casos. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 9, n. 14, p. 27-40, 2020.

DE ALACOQUE PEREIRA, Elaine; DE MELLO, Karina Leão. Atendimento educacional especializado. **Pensar Além**, v. 4, n. 1, 2020.





DE ARAÚJO, A. A. P.; VIEIRA, A. S.; LIONE, V. O. F de. A paralisia cerebral e a funcionalidade pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF): percepção dos professores do atendimento educacional especializado. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 13, p. e21575-e21575, 2025.

DE SOUSA, F. R. et al. A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL. **Revista Educação: Teoria e Prática**, v. 64, 2021.

DE SOUSA, José Raul; DOS SANTOS, Simone Cabral Marinho. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e debate em Educação**, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 2020.

GALINDO, Vinicius Aparecido et al. Esportes adaptados na educação física escolar: desafios à luz da BNCC. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 12, n. 32, p. 262-278, 2025.

HAAS, Clarissa; BAPTISTA, Claudio Roberto; FREITAS, Cláudia Rodrigues de. Profissional de apoio escolar e políticas públicas em educação especial. **Cadernos de Pesquisa**, v. 54, p. e10545, 2024.

IKEUDENTA, B. A., & RUTKOFISKY, I. H. (2020). **Unmasking the enigma of cerebral palsy: a traditional review**. *Cureus*, 12(10).

Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são eo que fazem esses novos atores no cenário educacional? **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280081, 2023.

Nota Técnica SEESP/GAB n. 19/2010. (2010). Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Brasília, DF. <https://lepedi-ufrj.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Notat%C3%A9cnica-n%C2%BA.-19-Profissionais-de-apoio.pdf>

Pereira, D. H. V., & Bezerra, A. F. S. (2024). **Esporte adaptado no rol de conteúdos aplicados nas aulas de educação física**. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, 25(1), 19-36.





PEREIRA, J. J., ORTIZ, J. M., & CALLEGARI, M. R. (2024). O impacto da funcionalidade e participação social de crianças com paralisia cerebral na qualidade de vida dos pais. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 24(1), 27-49.

SERON, B. B., Greguol, M., SERON, B. B., & BRANDOLIN, F. (2020). **Esporte paralímpico na educação física: um facilitador no processo de inclusão.** SERON, Bruna Barboza; BRANDOLIN, Fabio. *Experiências no Esporte Paralímpico: um passo a favor da inclusão*. São Paulo: Instituto Benjamin Constant, 36-55.

SOUSA, N. M. F. R. D., RAMOS, A. D. L., OLIVEIRA, F. P. D., & VIEIRA, N. C. (2021). A inclusão escolar do aluno com paralisia cerebral: a percepção dos professores do ensino fundamental. *Educação: Teoria e Prática*, 31(64).

TAVARES NETTO, Afonso Rodrigues et al. Funcionalidade, participação escolar e qualidade de vida escolar com paralisia cerebral. **Fisioterapia em Movimento**, v. 33, p. e003329, 2020.

Recebido em: 19/01/2026

Aprovado em: 04/02/2026

Publicado em: 18/02/2026

